



Porto do Pecém Geração de Energia S.A.

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Porto do Pecém Geração de Energia S.A.

São Gonçalo do Amarante - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Porto do Pecém Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.



Valor recuperável dos ativos fiscais diferidos (Consulte a nota explicativa 8 às demonstrações financeiras)

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 apresenta créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias no montante de R\$ 394.623 mil, cuja realização está suportada por estimativas de lucros tributáveis futuros, preparadas pela Companhia com base em seu julgamento e suportadas em seu plano de negócios. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas, tais como, projeção de receitas, custos e resultado financeiro, para as projeções dos lucros tributáveis futuros, que são a base para reconhecimento do valor recuperável dos ativos fiscais diferidos e, pelo fato que eventuais mudanças nas metodologias e nas premissas utilizadas podem impactar de forma relevante o valor desses ativos nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados à determinação e aprovação das premissas utilizadas para fins de elaboração de projeção de lucros tributáveis futuros e o envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas para avaliar os dados e as premissas utilizadas, tais como, projeção de receitas e custos, nas projeções de lucros tributáveis futuros, bem como o crescimento econômico projetado, volume e preço de venda de energia. Com o auxílio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração nas quais são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos. Também avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o valor recuperável dos ativos fiscais diferidos, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não ser requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os /critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como o mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6

Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

PORTO DO PECÉM GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
(Em milhares de reais)



ATIVO	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.093	1.662
Títulos e valores mobiliários	5	153.987	135.192
Concessionárias	6	395.803	409.571
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	7	32.269	17.345
Outros tributos compensáveis	7	22.831	44.113
Estoques	10	130.299	118.966
Outros créditos	12	21.238	43.181
Total do Ativo Circulante		758.520	770.030
Não circulante			
Outros tributos compensáveis	7	14.174	45.750
Tributos diferidos	8	394.623	392.594
Cauções e depósitos vinculados	11	1.591	1.441
Outros créditos	12	1.215	2.644
		411.603	442.429
Imobilizado	13	2.789.858	2.958.851
Intangível	14	7.725	13.463
		2.797.583	2.972.314
Total do Ativo Não circulante		3.209.186	3.414.743
TOTAL DO ATIVO		3.967.706	4.184.773
PASSIVO	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Circulante			
Fornecedores	15	293.860	216.584
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	7	2.480	2.689
Outros tributos a recolher	7	27.811	27.274
Dividendos	16	103.113	93.500
Debêntures	17	165.665	167.320
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	18	124.676	132.242
Encargos Setoriais	19	6.554	7.962
Ressarcimento por indisponibilidade	20	5.307	65.699
Provisões	21	17.888	10.709
Outras contas a pagar	12	17.332	21.372
Total do Passivo Circulante		764.686	745.351
Não circulante			
Tributos diferidos	8	7	5
Debêntures	17		164.655
Empréstimos e financiamentos	18	552.902	753.339
Encargos Setoriais	19		4.378
Provisões	21	25.872	25.911
Outras contas a pagar	12	10.548	15.433
Total do Passivo Não circulante		589.329	963.721
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	22.1	2.368.999	2.368.999
Reservas de lucros	22.3	244.459	106.702
Outros resultados abrangentes		233	
Total do Patrimônio líquido		2.613.691	2.475.701
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO		3.967.706	4.184.773

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO DO PECÉM GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO



	Nota	2020	2019
Receitas	23	1.745.036	1.983.919
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	24		
Custo do serviço de energia elétrica		(804.179)	(778.937)
Custo da produção da energia elétrica		(251.005)	(585.585)
Custo de operação		(257.007)	(266.981)
		(1.312.191)	(1.631.503)
Lucro bruto		432.845	352.416
Despesas e Receitas operacionais	24		
Despesas gerais e administrativas		(45.376)	(25.351)
Outras despesas e receitas operacionais		798	(2.144)
		(44.578)	(27.495)
Resultado antes de resultado financeiro e tributos		388.267	324.921
Resultado financeiro	25		
Receitas financeiras		11.104	55.227
Despesas financeiras		(91.656)	(150.715)
		(80.552)	(95.488)
Lucro líquido antes dos tributos		307.715	229.433
Tributos sobre o lucro	26		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(14.926)	(12.407)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.149	(30.288)
		(12.777)	(42.695)
Lucro líquido do exercício		294.938	186.738
Resultado por ação atribuível aos acionistas			
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)	27		
ON		0,12450	0,06946

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO DO PECÉM GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais)



	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	294.938	186.738
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado		
<i>Hedge</i> de fluxos de caixa	353	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>(120)</u>	
Resultado abrangente do exercício	<u>295.171</u>	<u>186.738</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO DO PECÉM GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	Nota	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		307.715	229.433
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Depreciações e amortizações		192.982	190.530
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados		9.068	211
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		76.842	124.652
Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP		(715)	4.522
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		2.300	2.121
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		4.855	2.496
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária		4.569	7.184
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(2.662)	(24.837)
Provisão (reversão) - Ressarcimento por Indisponibilidade		(34.338)	
Outros		2.407	13.531
		<u>563.023</u>	<u>549.843</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Concessionárias		(12.286)	(228.650)
Títulos e valores mobiliários		(18.795)	39.271
Outros tributos compensáveis		(170.886)	(196.704)
Estoques		(8.919)	95.424
Outros ativos operacionais		24.283	(14.096)
		<u>(186.603)</u>	<u>(304.755)</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		77.276	120.184
Outros tributos a recolher		203.518	203.550
Encargos Setoriais		(10.355)	(9.835)
Provisões		(4.224)	(18.295)
Ressarcimento por Indisponibilidade			(1.912)
Outros passivos operacionais		810	1.040
		<u>267.025</u>	<u>294.732</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais		<u>643.445</u>	<u>539.820</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(24.830)	(15.976)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>618.615</u>	<u>523.844</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(28.420)	(31.951)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(28.420)</u>	<u>(31.951)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(129.371)	
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e debêntures		(348.130)	(276.990)
Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos		(103.025)	(232.451)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(9.238)	(9.865)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	29.1	<u>(589.764)</u>	<u>(519.306)</u>
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>431</u>	<u>(27.413)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		2.093	1.662
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.662	29.075
		<u>431</u>	<u>(27.413)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO DO PECÉM GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)



	Capital social	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	3.007.811	29.964	-	(638.812)	2.398.963
Redução de capital - AGE de 28/06/19	(638.812)			638.812	-
Lucro líquido do exercício				186.738	186.738
Destinação do lucro					
Constituição de reserva legal		9.337		(9.337)	-
Reserva de incentivo fiscal (SUDENE)		31.530		(31.530)	-
Dividendos intermediários (JSCP)				(110.000)	(110.000)
Dividendo adicional proposto		35.871		(35.871)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.368.999	106.702	-	-	2.475.701
	Capital social	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.368.999	106.702	-	-	2.475.701
Dividendo adicional aprovado - AGO de 30/04/2020		(35.872)			(35.872)
Lucro líquido do exercício				294.938	294.938
Destinação do lucro					
Constituição de reserva legal		14.747		(14.747)	-
Reserva de incentivo fiscal (SUDENE)		48.824		(48.824)	-
Dividendos intermediários (JSCP)				(121.309)	(121.309)
Dividendo adicional proposto		110.058		(110.058)	-
Outros resultados abrangentes					
Hedge de fluxos de caixa			353		353
Imposto de renda e contribuição social diferidos			(120)		(120)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.368.999	244.459	233	-	2.613.691

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PORTO DO PECÉM GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	2020	2019
Geração do valor adicionado	2.009.640	2.279.140
Receita operacional	1.976.501	2.230.078
Receita relativa à construção de ativos próprios	31.945	49.078
Outras Receitas	1.194	(16)
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(1.275.963)	(1.601.673)
Custos da energia comprada	(828.346)	(799.827)
Encargos de uso da rede elétrica	(89.367)	(85.333)
Materiais	(33.624)	(37.094)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(254.705)	(585.585)
Serviços de terceiros	(59.360)	(78.215)
Outros custos operacionais	(10.561)	(15.619)
Valor adicionado bruto	733.677	677.467
Retenções		
Depreciações e amortizações	(192.982)	(190.530)
Valor adicionado líquido produzido	540.695	486.937
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	11.599	57.068
Valor adicionado total a distribuir	552.294	544.005
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	33.873	31.630
Benefícios	8.643	7.823
FGTS	2.235	2.620
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	101.860	131.531
Estaduais	17.222	31.239
Municipais	147	82
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	91.656	150.639
Aluguéis	1.720	1.703
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	121.309	110.000
Lucros retidos	378.665	467.267
	552.294	544.005

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (Companhia ou Porto do Pecém), sociedade anônima de capital fechado, controlada direta da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede na cidade de São Gonçalo do Amarante no Estado do Ceará, tem como principal objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção e exploração da usina térmica denominada Pecém I (UTE Pecém I) e a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades, incluindo a geração e a comercialização de energia e capacidade elétrica, a intermediação na compra e venda de energia e capacidade elétrica, seja no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE ou de outro foro regulamentado por lei.

1.1 Autorização - UTE Pecém I

A Companhia, conforme Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 226 de 27 de junho de 2008, possui autorização para a construção e operação de uma usina termelétrica a carvão mineral, instalada no Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP, Estado do Ceará, com capacidade instalada de geração de 720,3 MWm. Esta autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sem previsão de prorrogação na legislação atual. As principais características da usina são:

Usina Termelétrica	Estado	Modalidade	Outorga	Capacidade Instalada	Energia Assegurada	Prazo de autorização	
				(MWm) (*)	(MWm) (*)	Início	Término
UTE Pecém I	CE	Produtor Independente	Autorização	720,3	645,3	01/07/2008	01/07/2043

(*) Não auditado pelos auditores independentes

Em 16 de outubro de 2007, a Companhia comercializou 615 MWm no leilão A-5 por meio de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs no Ambiente de Contratação Regulado - ACR, pelo prazo de 15 anos. O preço estabelecido no leilão foi de R\$125,95 por MWm, reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Em 31 de dezembro de 2020, o preço atualizado do contrato é de R\$160,42 por MWm.

A primeira unidade geradora da UTE Pecém I, com capacidade instalada de 360 MWm, começou a fornecer energia ao Sistema Interligado Nacional - SIN em 15 de outubro de 2012, em caráter de testes, sendo que, em 1º de dezembro de 2012, foi recebida autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para iniciar a operação comercial. A segunda unidade geradora recebeu em 10 de maio de 2013 autorização da ANEEL para iniciar a operação comercial com capacidade instalada restrita a 240 MWm, ficando a Companhia responsável por recompor o lastro até a capacidade plena de 360 MWm. Em 29 de junho de 2013 a segunda unidade obteve êxito em disponibilizar ao SIN a sua capacidade operacional plena.

Na exploração da UTE Pecém I a Companhia terá ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições da autorização do MME, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. Essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 22 de janeiro de 2021. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 28.1.1.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da CCEE (Nota 6); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8); Determinação da perda estimada na realização dos estoques (Nota 10); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 13 e 14); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Provisões (Nota 21); Provisão para ressarcimento de indisponibilidade (Nota 20); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 27.1.3).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos e, por este motivo, não efetuou o teste de *impairment*.

Adicionalmente, em relação ao acima destacado, a Administração da Companhia analisou o risco de continuidade operacional, tendo levado em consideração substancialmente as ações legais que vem sendo tomadas pelo Governo Federal e ANEEL, concluindo assim, como mencionado na nota 2.1, que não houve mudança na integridade da continuidade operacional da Companhia.

2.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

2.7.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (<i>Conceptual Framework</i>)	Apresenta novos conceitos acerca da apresentação, mensuração e divulgação	<i>Conceptual Framework</i>	Estrutura Conceitual	10/12/2019
CPC 15 - Combinação de Negócios	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos	IFRS 3	Pronunciamento	01/01/2020
CPC 48 - Instrumentos Financeiros; CPC 40 - Instrumentos Financeiros – Evidenciação; e CPC 38 - Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR)	IFRS 9 / IFRS 7 e IAS 39	Pronunciamento	01/01/2020
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis; e CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros	Altera a definição de “material”, estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis	IAS 1 e IAS 8	Pronunciamento	01/01/2020
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos	IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2020
OCPC 09 – Relato integrado	Melhoria da qualidade da informação disponível aos investidores e demais <i>stakeholders</i> ; a promoção de uma abordagem mais coesa e eficiente do relato corporativo; e, entre outros	N/A	Orientação	01/01/2021

2.7.2 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR)	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2021
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato)	IAS 37	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo	IAS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 50 – Contratos de seguro	Fornece uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade	IFRS 17	Pronunciamento	N/A

As alterações que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2020 não produziram impactos relevantes nestas demonstrações financeiras. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Eventos significativos no exercício

3.1 COVID-19 (pandemia do novo Coronavírus)

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020 pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. As incertezas geradas pela disseminação da COVID-19 provocaram intensa volatilidade nos mercados financeiros e de capitais mundiais.

3.1.1 Medidas de Assistência Governamental

3.1.1.1 Portarias nº 139 e nº 245

As respectivas portarias de 3 de abril e 15 de junho de 2020, prorrogaram o prazo para o recolhimento de tributos federais e contribuição previdenciária patronal devida pelas empresas e pelo empregador doméstico, na situação que especifica em decorrência da COVID-19. Os prazos de recolhimento da contribuição para o PIS, COFINS e INSS patronal, relativas às competências março, abril e maio de 2020, foram postergados para os mesmos prazos de vencimento das contribuições devidas nas competências de julho, setembro e outubro de 2020, respectivamente.

3.1.2 Medidas implementadas pela Administração da EDP - Energias do Brasil

A Administração da EDP - Energias do Brasil e de suas controladas vêm aplicando ações a fim de assegurar a segurança de seus colaboradores. A implementação destas ações está alinhada com as orientações da OMS, do Ministério da Saúde e das entidades oficiais de saúde nos diferentes países onde o Grupo atua.

A Administração da EDP - Energias do Brasil criou um Comitê de Gestão de Crise com profissionais de diferentes áreas que implementou ações importantes para a segurança de todos, entre as quais: (i) escritórios administrativos estão em regime de trabalho home office; (ii) distribuição de máscaras para todos os colaboradores; (iii) antecipação da vacinação contra a gripe H1N1 para todos os colaboradores; (iv) todas as viagens internacionais foram canceladas e as nacionais reduzidas ao mínimo indispensável; e (v) comunicação interna periódica sobre o tema, por meio de newsletters, publicações na intranet e nos murais digitais internos.

Todas as medidas têm como principal objetivo assegurar a segurança dos colaboradores e de toda a população e garantir a qualidade e continuidade do fornecimento de energia, indispensável neste momento de crise.

3.1.3 Medidas adotadas pela Administração da EDP - Energias do Brasil em auxílio à sociedade

O Grupo EDP - Energias do Brasil, comprometido com seus colaboradores, clientes e população, acompanha continuamente a evolução do cenário referente a COVID-19 e está à frente de diversas iniciativas sociais, como: (i) doação de R\$6 milhões à organização social Comunitas para a compra de respiradores hospitalares, equipamentos essenciais para a sobrevivência e recuperação de pacientes graves da COVID-19, em São Paulo; (ii) destinação de R\$2,6 milhões de recursos próprios, ao lado da EDP Renováveis para apoiar iniciativas voltadas ao enfrentamento da COVID-19 em comunidades carentes de todo o Brasil; (iii) doação de R\$1 milhão para o estado do Espírito Santo, para compra de insumos de proteção individual, equipamentos e medicamentos para a Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro do Itapemirim; e (iv) doação de R\$130 mil em insumos hospitalares para Secretaria da Saúde do Ceará.

3.1.4 Impacto nas demonstrações financeiras

Neste cenário foram sentidos também efeitos econômicos que impactaram a Companhia entre abril e setembro de 2020, cuja principal análise está destacada abaixo:

3.1.4.1 Valor Recuperável do Estoque de Carvão

Considerando também a diminuição na carga energética ocorrida no consumo do Brasil, as usinas térmicas foram menos despachadas no exercício de 2020. Com isso, o consumo de carvão durante o exercício de 2020 foi substancialmente inferior a 2019. Entretanto, o estoque acumulado durante o período onde não houve despacho pelo ONS foi totalmente consumido durante o 4º trimestre, tendo sido integralmente recuperado por meio do CVU. (Nota 28.1.3.1).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Bancos conta movimento	2.093	1.662
Total	2.093	1.662

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 28.

5 Títulos e valores mobiliários

Refere-se à aplicação em fundo de investimento de liquidez diária e remuneração pós-fixada, com baixo risco de variação no valor de mercado, estando demonstrado pelo valor investido acrescido de juros auferidos até a data da demonstração financeira, que equivale ao valor justo.

Em 31 de dezembro de 2020, a carteira de investimento do fundo é composta, substancialmente, por Letras Financeiras do Tesouro – LFTs, emitidas pelo Governo Brasileiro, com rentabilidade equivalente a 93,72% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6 Concessionárias

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Suprimento de energia elétrica	6.1	245.325	320.460
Energia de curto prazo	6.2	150.478	89.111
Total		395.803	409.571

Os saldos são totalmente vencidos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas mostram-se imateriais e controláveis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 28.2.4.

6.1 Suprimento de energia elétrica

A redução no saldo de suprimento de energia elétrica é decorrente, substancialmente pelas operações entre a Companhia e a EDP Comercializadora, motivadas pela redução do montante de energia negociado (em MWh), bem como pela compensação dos saldos de ADOMP que foram prescritos de acordo com parecer jurídico no valor de R\$26.054.

6.2 Energia de curto prazo

A variação no exercício no montante de R\$61.367 é decorrente a elevação da energia liquidada na CCEE, em relação ao mesmo período do ano anterior, para a compra antecipada de lastro de energia para o ano de 2021 com deságio de mercado frente ao PLD.

Adicionalmente, desde 04 de março de 2016 a Companhia possui liminar relativa ao processo nº 0051048-90.2015.4.01.3400 em trâmite na 1ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal determinando que a União e a ANEEL não transfiram para as associadas da ABRAGET - Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas, associação a qual a Companhia pertence, o ônus financeiro de quaisquer decisões judiciais que tenham limitado a incidência do fator de ajuste do *Generation Scaling Factor - GSF* (fator que mede o volume de energia gerado pelas hidrelétricas) em todas as liquidações realizadas pela CCEE, bem como se abstenham de lhes aplicar qualquer sanção decorrente do GSF. A liminar confirmada em sentença proferida em 22 de novembro de 2019, permanece vigente até a presente data.

7 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Nota	Saldo em 31/12/2019	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adianta- mentos / Pagamentos	Compen- sação de tributos	Transferên- cia	Saldo em 31/12/2020
Ativos compensáveis									
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7.1	17.345			43	24.506	(2.891)	(6.734)	32.269
Total Circulante		17.345	-	-	43	24.506	(2.891)	(6.734)	32.269
Outros tributos compensáveis									
ICMS	7.2	3.944	6.771	(5.871)		37		(86)	4.795
PIS e COFINS		76.111	168.149		2.651	34	(103.378)	(114.928)	28.639
IRRF sobre aplicações financeiras		7.847	1.321					(8.044)	1.124
IR/CS retidos sobre faturamento		111	58					(34)	135
Outros		1.850				387		75	2.312
Total		89.863	176.299	(5.871)	2.651	458	(103.378)	(123.017)	37.005
Circulante		44.113							22.831
Não circulante		45.750							14.174
Passivos a recolher									
Imposto de renda e contribuição social a recolher		2.689	14.926			(324)		(14.811)	2.480
Total Circulante		2.689	14.926	-	-	(324)	-	(14.811)	2.480
Outros tributos a recolher									
ICMS		1.753	17.900			(17.948)		(89)	1.616
PIS e COFINS		4.407	215.913			(12.513)	(89.769)	(114.928)	3.110
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		1.025	5.444			(5.742)		(7)	720
IRRF sobre juros s/ capital próprio	7.3	16.500	18.196				(16.500)		18.196
Encargos com pessoal		1.432	7.668		1	(8.043)		84	1.142
Outros		2.157			31	839			3.027
Total Circulante		27.274	265.121	-	32	(43.407)	(106.269)	(114.940)	27.811

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

7.1 Imposto de renda e contribuição social

O saldo de R\$32.269 refere-se, substancialmente, ao impacto da Lei nº 13.670/18, onde está vedada à compensação de débitos relativos às estimativas mensais do IRPJ e CSLL com créditos fiscais detidos pelos contribuintes no regime de Lucro Real.

7.2 ICMS

O saldo de baixas refere-se ao ICMS de importação de carvão. Trata-se do montante que não pode ser aproveitado na apuração de ICMS devido a proporção de saídas tributadas, conforme Art. 73 do decreto 33.327/2019 - RICMS/CE.

7.3 IRRF sobre Juros Sobre Capital Próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. O saldo em 31 de dezembro de 2019 de R\$16.500 era relativo ao IRRF sobre JSCP deliberado no exercício de 2019 e foi liquidado em janeiro de 2020. Já o saldo em 31 de dezembro de 2020 de R\$18.196 refere-se ao IRRF sobre JSCP deliberado no exercício de 2020 a ser liquidado em janeiro de 2021.

8 Tributos diferidos

	Nota	Ativo		Passivo	
		Não Circulante		Não Circulante	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
PIS e COFINS				7	5
Imposto de renda e contribuição social	8.1	394.623	392.594		
Total		394.623	392.594	7	5

8.1 Imposto de renda e Contribuição social

São registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

8.1.1 Composição

	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado		Patrimônio Líquido
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	2020	2019	2020
Natureza dos créditos							
Prejuízos fiscais	277.201	278.609			(1.408)	(14.429)	
Base negativa da contribuição social	94.494	100.299			(5.805)	(5.195)	
	371.695	378.908	-	-	(7.213)	(19.624)	-
Diferenças temporárias							
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.970	1.099			871	876	
Gastos Pré-operacionais						(14.306)	
Instrumentos financeiros - CPC 39	198				318	545	(120)
Licenças ambientais	4.268	1.565			2.703	1.608	
Provisão de fornecedores de materiais/serviços	13.616	7.515			6.101	(1.400)	6.101
Outras	2.930	3.549	54	42	(631)	2.013	(6.101)
Total diferenças temporárias	22.982	13.728	54	42	9.362	(10.664)	(120)
Total	394.677	392.636	54	42	2.149	(30.288)	(120)
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(54)	(42)	(54)	(42)			
Total	394.623	392.594	-	-			

8.1.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2021	2022	2023	2024	2025	2026 a 2028	2027 e 2028	Total Não circulante
29.023	46.705	49.067	45.657	48.144	81.770	94.311	394.677

9 Partes relacionadas

Além do contrato de mútuo a pagar para a controladora (Nota 18), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, são apresentados como segue:

														Resultado			
														Receitas (Despesas)			
														Operacionais		Financeiras	
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019	2020	2019
														2020	2019		

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.
As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 30.2).

(a) Prestação de serviços

Estes contratos podem requerer adiantamentos a serem abatidos dos pagamentos quando da realização dos serviços.

Pecém OM

O contrato tem por objetivo a prestação de serviços técnicos especializados em engenharia de segurança do trabalho e medicina ocupacional, engenharia ambiental, relacionamento e comunicação com comunidades.

Pecém TM

O contrato tem por objetivo a prestação de serviços de transporte de minério de carvão a granel por meio dutoviário, utilizando uma correia transportadora do complexo portuário até a usina, além do serviço de manutenção do sistema de descarregamento e operação do pátio de carvão.

EDP Varejista

O contrato tem por objetivo a prestação de serviços técnicos especializados em gestão de energia elétrica, com relação ao suporte comercial do processo de migração e de contratação de energia elétrica, à gestão de contrato de energia e das obrigações da contratante junto à CCEE e aos relatórios.

EDP Comercializadora

O contrato tem como objetivo a prestação de serviços na gestão de contratos de energia, processos de contratação de energia, suporte técnico nas análises da compra de energia, na necessidade de compras futuras e orientação do processo de compra, definições de estratégias, elaboração de edital, análise técnica e financeira das propostas e no acompanhamento de todas as obrigações junto a CCEE.

EDP Energias do Brasil (EDP PCH e EDP Comercializadora)

O contrato tem por objetivo a prestação de serviços relacionados à suporte aos processos de pós operação e gestão do sistema de medição e faturamento da usina, pela EDP Comercialização e Serviços de Energia, com vigência de 36 meses, a partir de 22 de janeiro de 2018 e término em 21 de janeiro de 2020, tendo sido a EDP PCH até 31 de dezembro de 2018 a responsável pelo contrato, posteriormente a sua alienação no grupo EDP - Energias do Brasil, passou a ser a controladora e tendo que um aditivo foi firmado, passando a EDP Comercializadora para cedente a partir de 1º de outubro de 2019. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. O valor total dos serviços contratados é de R\$211, a serem pagos em parcelas mensais de R\$6.

(b) Prestação de serviços - *Backoffice*

Os contratos, com previsão de vigência de 60 meses contados a partir de 1º de maio de 2015, tem por objeto as seguintes prestações de serviços: (i) Pecém OM e Pecém TM: compras, contratação e importação, financeiro, contábil, tesouraria, serviços legais, de almoxarifado e administrativos em geral; e (ii) Mabe: financeiro, contábil e serviços legais.

Os valores anuais originais a serem pagos pela Pecém OM, Pecém TM e Mabe, a serem atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC são, respectivamente, R\$541, R\$1.251 e R\$451.

Os contratos com a Pecém TM e Pecém OM tiveram o prazo de vigência estendido em 60 meses conforme aditivo contratual de 26 de maio de 2020 e vigorará até 01 de março de 2025. Com valor anual a serem pagos no montante de R\$1.012 e 2.150, respectivamente corrigidos pelo INPC.

(c) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da *holding* EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial.

Foi firmado contrato de compartilhamento de infraestrutura com vigência de 36 meses a partir de 1º de janeiro de 2019 para as Companhias EDP - Energias do Brasil e suas partes relacionadas EDP Comercializadora, EDP GRID, EDP Soluções, Lajeado, Porto do Pecém, Investco, EDP Varejista e Instituto EDP considerando os mesmos critérios adotados em contratos anteriores.

(d) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: A partir de 1º de janeiro de 2018 a EDP - Energias do Brasil é responsável pela contratação do novo Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos que contemplam as atividades das áreas corporativas. O contrato foi anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 1.329, publicado em 14 de junho de 2018, e aprova o compartilhamento de recursos humanos entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Santa Fé, EDP PCH e Porto do Pecém. Com a alienação da Santa Fé e da EDP PCH em dezembro de 2018, a partir de 2019 as mesmas encontram-se excluídas do compartilhamento.

O contrato possuía vigência até 31 de dezembro de 2019 e foi implementado utilizando o critério regulatório definido na Resolução Normativa ANEEL nº 699/16. O novo critério aloca os gastos com pessoal de maneira proporcional ao Ativo Imobilizado Bruto (AIB), ponderada por um fator definido para cada segmento (distribuição e geração), excluídos os gastos da *holding* e da comercializadora, que são compartilhados de forma preditiva.

A ANEEL se manifestou informando que não é mais necessária a anuência prévia para a celebração do termo aditivo do contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, que passa a compartilhar as despesas de pessoal entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Porto do Pecém, EDP Transmissão, EDP Transmissão Aliança SC, EDP Transmissão MA I, EDP Transmissão MA II, e EDP Transmissão SP-MG. O contrato manterá o critério de rateio regulatório conforme acima e sua nova vigência será até dezembro de 2021.

(e) Compartilhamento da plataforma *NEWEB*: Refere-se à licença de utilização do software Neweb, contratado pela EDP Portugal, com o objetivo de alajar os diferentes portais web do Grupo EDP no mundo. Este contrato foi encerrado no exercício de 2019.

(f) Contrato de prestação de serviços - EDP Portugal: O contrato refere-se a prestação de serviços para intermediação da compra do carvão.

(g) Contrato de Compartilhamento de Atividades de *Backoffice*: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *backoffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Santa Fé, EDP PCH e Porto do Pecém. Com a alienação da Santa Fé e da EDP PCH em dezembro de 2018, a partir de 2019 as mesmas estarão excluídas do compartilhamento.

Este contrato não necessita ser submetido à anuência prévia da ANEEL, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 699/16, uma vez que o reembolso do contrato negociado não supera o limite anual baseado na receita líquida da Companhia.

Em 10 de dezembro de 2019 o contrato de compartilhamento de *backoffice* foi anuído pela ANEEL, por meio do Despacho nº 3.399, onde sua vigência será referente aos exercícios de 2019 a 2021 para a EDP Energias do Brasil e suas partes relacionadas: EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Porto do Pecém, EDP Transmissão, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão MA I, EDP Transmissão MA II e EDP Transmissão SP-MG. O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima, suportado por consultoria especializada independente.

9.1 Remuneração dos administradores

9.1.1 Opções de ações outorgadas da controladora

Em maio de 2016, julho de 2017, junho de 2018, junho de 2019 e julho de 2020, a controladora EDP - Energias do Brasil instituiu, respectivamente, o primeiro, o segundo, o terceiro, o quarto e o quinto plano de remuneração baseado em ações, com características semelhantes, os quais concedem outorga futura de suas ações aos seus beneficiários. Dentre os contemplados, encontram-se diretores estatutários da Companhia, sendo estimado no resultado de 2020 da mesma o montante de R\$427 (R\$233 em 2019) a ser reembolsado para a controladora no momento da outorga.

A outorga das ações serão concedidas quando do cumprimento de determinadas condicionantes no prazo estimado de 3 ou 5 anos a partir do início de cada plano.

9.1.2 Remuneração total da Diretoria Estatutária pagos pela Companhia referente aos exercícios findos em 31 de dezembro

	Diretoria Estatutária	
	2020	2019
Remuneração (a)	2.442	1.872
Benefícios de curto prazo (b)	85	76
Benefícios - Previdência Privada	182	165
Total	2.709	2.113

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

10 Estoques

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Matéria prima e insumos para produção de energia	10.1		
Carvão		60.268	55.353
Diesel		1.702	2.351
Cal		246	259
Outros		2.396	2.365
(-) Perda estimada na realização dos estoques			(2.811)
		64.612	57.517
Material de almoxarifado		59.774	60.456
Resíduos e sucatas		5.913	993
Total		130.299	118.966

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é o custo médio ponderado móvel.

Os estoques da Companhia referem-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da usina e a matéria prima utilizada para a produção de energia elétrica. Os materiais utilizados na construção da infraestrutura estão classificados na rubrica de Imobilizado pelo montante, em 31 de dezembro de 2020, de R\$12.784 (R\$10.553 em 31 de dezembro de 2019) (Nota 13).

10.1 Matéria prima e insumos para produção de energia

A variação do exercício no montante de R\$7.095 deve-se, principalmente, ao superávit observado no preço médio praticado de aquisição de carvão, que no exercício de 2020 foi de R\$329,70 e em 2019 foi de R\$211,52. Adicionalmente, a aumento de quantidade conforme nota 15.1.

11 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Saldo em 31/12/2019	Adição	Atualização	Saldo em 31/12/2020
Depósitos judiciais	21.1	1.441	115	35	1.591
Total Não circulante		1.441	115	35	1.591

12 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Nota	Circulante		Não circulante	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Outros créditos - Ativo					
Adiantamentos		1.273	4.856		
Bens destinados à alienação/desativação		326			
Serviços em curso		1.851	1.851		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	9	1.661	8.546	75	978
Despesas pagas antecipadamente	12.1	885	14.531	1.140	1.666
Contrato de Uso Compartilhado de Ativos - CUCA	12.2	14.120	13.194		
Outros		1.122	203		
Total		21.238	43.181	1.215	2.644
Outras contas a pagar - Passivo					
Folha de pagamento		709	733		
Benefícios pós-emprego		14	10		
Obrigações Sociais e Trabalhistas	12.3	6.603	6.603		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	9	1.849	1.319	4.445	4.726
Arrendamentos e aluguéis	12.4	7.567	12.697	6.101	10.706
Outros		590	10	2	1
Total		17.332	21.372	10.548	15.433

12.1 Despesas pagas antecipadamente

Variação refere-se principalmente a contratação de seguro patrimonial da Companhia. Em julho de 2019 houve a renovação do seguro por um período de 18 meses. A vigência da apólice terminou em dezembro de 2020, e será renovada em janeiro de 2021.

12.2 Contrato de Uso Compartilhado de Ativos - CUCA

O CUCA é um contrato firmado entre a Companhia e a Pecém II, vigente pelo prazo de vida útil da Pecém II, ou seja, previsto até o ano de 2043, com pagamento no valor fixo anual original de R\$5.200, atualizado anualmente pelo IGP-M, além de remuneração variável com base no custo dos insumos utilizados.

12.3 Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

12.4 Arrendamentos e Aluguéis

Em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme demonstrado abaixo:

	Saldo em 31/12/2019	Adição	Pagamentos	Juros e Atualização Monetária	Transferên- cias	AVP	Baixas	Reversão	Saldo em 31/12/2020
Edifícios	859	226	(798)	(226)	425	(3)	(10)		473
Máquinas e equipamentos	7.100	2.411	(5.145)	(111)	5.536	234	(40)	(2.891)	7.094
Veículos	4.738	479	(3.295)	(2.317)	370	188	(163)		-
Total Circulante	12.697	3.116	(9.238)	(2.654)	6.331	419	(213)	(2.891)	7.567
Edifícios	357	30		9	(425)	29			-
Máquinas e equipamentos	10.025	176		414	(5.536)	1.022			6.101
Veículos	324			26	(370)	20			-
Total Não circulante	10.706	206	-	449	(6.331)	1.071	-	-	6.101

Os montantes registrados no passivo estão atualizados pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M e encontram-se ajustados a valor presente pelas taxas que representam o custo de financiamento dos respectivos bens arrendados.

As taxas acima referidas, bem como o vencimento dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o fluxo futuro de pagamentos, conforme abaixo:

Ano	Máquinas e equipamentos		Edifícios	
	Valor	Taxas (%)	Valor	Taxas (%)
2021	6.952	10,09%	457	8,51%
Juros embutidos	142		16	
Total Circulante	7.094		473	
2022	5.444	10,11%		
2023	162	10,22%		
Juros embutidos	495			
Total Não circulante	6.101			

O direito potencial de PIS/COFINS a recuperar, embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento, estão demonstrados a seguir:

Fluxos de caixa	Nominal	Com AVP
Contraprestação do arrendamento	14.940	13.668
PIS/COFINS potencial (9,25%)	(1.382)	(1.264)

Os contratos de arrendamentos e aluguéis foram registrados em contrapartida da rubrica do Imobilizado como "Ativos de direito de uso" (Nota 13).

13 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015.

Para os imobilizados cujo o valor residual ultrapassa o prazo final da autorização, as taxas de depreciação são ajustadas para que todos os imobilizados sejam depreciados até a data de término da autorização.

13.1 Composição do imobilizado

	31/12/2020				31/12/2019			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		18.021		18.021		18.021		18.021
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,95	262.173	(58.679)	203.494	2,95	261.944	(50.955)	210.989
Máquinas e equipamentos	4,77	3.607.920	(1.194.183)	2.413.737	4,98	3.601.975	(1.024.741)	2.577.234
Veículos	14,29	2.355	(1.408)	947	14,29	2.355	(1.122)	1.233
Móveis e utensílios	6,25	91	(7)	84	6,25	17	(2)	15
		3.890.560	(1.254.277)	2.636.283		3.884.312	(1.076.820)	2.807.492
Sistema de transmissão de conexão								
Máquinas e equipamentos	3,26	26.273	(6.701)	19.572	3,26	26.273	(5.845)	20.428
		26.273	(6.701)	19.572		26.273	(5.845)	20.428
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,46	9.869	(946)	8.923	4,72	9.869	(605)	9.264
Máquinas e equipamentos	8,68	8.091	(3.096)	4.995	9,53	8.091	(2.463)	5.628
Veículos	14,29	82	(34)	48	14,29	82	(23)	59
Móveis e utensílios	6,53	1.112	(193)	919	7,57	1.112	(120)	992
		19.154	(4.269)	14.885		19.154	(3.211)	15.943
Total do imobilizado em serviço		3.935.987	(1.265.247)	2.670.740		3.929.739	(1.085.876)	2.843.863
Ativos de direito de uso								
Edificações, obras civis e benfeitorias	55,33	1.439	(992)	447	76,44	1.327	(357)	970
Máquinas e equipamentos	26,95	19.333	(11.028)	8.305	59,20	19.636	(5.448)	14.188
Veículos	44,00	8.232	(8.028)	204	48,79	7.753	(4.106)	3.647
Total Ativos de direito de uso		29.004	(20.048)	8.956		28.716	(9.911)	18.805
Imobilizado em curso								
Geração		109.673		109.673		96.183		96.183
Administração		489		489				-
Total do imobilizado em curso		110.162	-	110.162		96.183	-	96.183
Total do imobilizado		4.075.153	(1.285.295)	2.789.858		4.054.638	(1.095.787)	2.958.851

13.2 Movimentação do imobilizado

	Valor líquido 31/12/2019	Ingressos (Nota 13.2.1)	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Reclassificações	Reversão (Nota 13.2.2)	Valor líquido 31/12/2020
Imobilizado em serviço								
Terrenos	18.021							18.021
Edificações, obras civis e benfeitorias	220.253		298	(8.079)		(55)		212.417
Máquinas e equipamentos	2.603.290		15.509	(173.673)	(6.829)	7		2.438.304
Veículos	1.292			(297)				995
Móveis e utensílios	1.007		354	(130)	(228)			1.003
Total do imobilizado em serviço	2.843.863	-	16.161	(182.179)	(7.057)	(48)	-	2.670.740
Ativos de direito de uso								
Edificações, obras civis e benfeitorias	970	256		(716)	(63)			447
Máquinas e equipamentos	14.188	2.587		(5.579)		(2.891)		8.305
Veículos	3.647	479		(3.922)				204
Total Ativos de direito de uso	18.805	3.322	-	(10.217)	(63)	-	(2.891)	8.956
Imobilizado em curso								
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.149		(298)					851
Máquinas e equipamentos	59.540	19.709	(15.509)			8.073		71.813
Adiantamento a fornecedores	6.278					(4.143)		2.135
Material em depósito	10.345							10.345
Outros	18.871	11.654	(354)		(1.271)	(3.882)		25.018
Total do imobilizado em curso	96.183	31.363	(16.161)	-	(1.271)	48	-	110.162
Total do imobilizado	2.958.851	34.685	-	(192.396)	(8.391)	-	(2.891)	2.789.858

13.2.1 Ingressos

Os ingressos estão relacionados substancialmente a aquisições de materiais para manutenção do turbogerador, filtros e substituições de trilhos das Unidades Geradoras.

13.2.2 Reversão

As reversões estão relacionados substancialmente a ajustes das parcelas do contrato de máquinas e equipamentos que foram constituídas a maior.

14 Intangível

Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Para os intangíveis cujo o valor residual ultrapassa o prazo final da autorização, as taxas de amortização são ajustadas para que todos os intangíveis sejam amortizados até a data de término da autorização.

14.1 Composição do intangível

	31/12/2020				31/12/2019			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software	20,00	18	(14)	4	20,00	18	(11)	7
Direito de concessão - Licenças ambientais	33,33	24.950	(19.615)	5.335	33,33	24.950	(14.277)	10.673
		24.968	(19.629)	5.339		24.968	(14.288)	10.680
Sistema de transmissão de conexão								
Servidão permanente	3,25	1.111	(292)	819	3,25	1.111	(256)	855
		1.111	(292)	819		1.111	(256)	855
Administração								
Software	20,00	2.902	(2.234)	668	20,00	3.586	(2.030)	1.556
		2.902	(2.234)	668		3.586	(2.030)	1.556
Total do intangível em serviço		28.981	(22.155)	6.826		29.665	(16.574)	13.091
Intangível em curso								
Administração		899	-	899		372	-	372
Total do intangível em curso		899	-	899		372	-	372
Total do intangível		29.880	(22.155)	7.725		30.037	(16.574)	13.463

14.2 Movimentação do intangível

	Valor líquido 31/12/2019	Ingressos	Transf. para imobilizado em serviço	Amortizações	Baixas	Valor líquido 31/12/2020
Intangível em serviço						
Software	1.563		55	(206)	(740)	672
Servidão permanente	855			(36)		819
Direito de concessão - Licenças ambientais	10.673			(5.338)		5.335
Total do intangível em serviço	13.091	-	55	(5.580)	(740)	6.826
Intangível em curso						
Outros intangíveis em curso	372	582	(55)			899
Total do Intangível em curso	372	582	(55)	-	-	899
Total do Intangível	13.463	582	-	(5.580)	(740)	7.725

15 Fornecedores

	Nota	Circulante	
		31/12/2020	31/12/2019
Suprimento de energia elétrica		145.492	144.325
Encargos de uso da rede elétrica		9.801	9.492
Materiais e serviços	15.1	138.567	62.767
Total		293.860	216.584

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

15.1 Materiais e serviços

O aumento no exercício é decorrente principalmente da contratação de três embarcações que descarregaram carvão no mês de dezembro totalizando obrigações em aberto com o fornecedor de R\$62.597. Em 31 de dezembro de 2019, as contratações eram efetuadas por meio de adiantamento financeiro.

16 Dividendos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida do patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Devido ao contrato de financiamento junto ao BNDES (Nota 18), a Companhia possui restrição quanto ao pagamento da distribuição dos lucros do exercício quando acima da distribuição de dividendo mínimo obrigatório.

Dividendos adicionais do exercício de 2019

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária - AGOE, realizada em 30 de abril de 2020, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 com a destinação de JSCP no valor bruto de R\$110.000, sendo R\$93.500 líquido de Imposto de renda e dividendos adicionais no valor de R\$35.871. Deste montante, já haviam sido contabilizados como dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2019 o montante relativo ao JSCP. Em 04 de dezembro de 2020 a Companhia recebeu autorização do BNDES para distribuição de JSCP referente ao exercício de 2019. O JSCP e os dividendos adicionais foram pagos integralmente em 17 de dezembro 2020.

JSCP

Em 22 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de JSCP do exercício de 2020 no montante bruto de R\$121.309, sendo R\$103.113 líquido de Imposto de renda, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada, em conjunto com a referida liberação junto ao BNDES.

Segue abaixo a movimentação do saldo de dividendos no exercício:

	Saldo em 31/12/2019	Dividendos Adicionais	JSCP	Pagamento	Saldo em 31/12/2020
Passivo					
EDP - Energias do Brasil	93.500	35.871	103.113	(129.371)	103.113
	93.500	35.871	103.113	(129.371)	103.113

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



17 Debêntures
17.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor nominal unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2020			31/12/2019			
											Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal		Total
											Circulante	Circulante		Circulante	Circulante	Não circulante	
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Instrução CVM nº 476/09	33.000	10	330.000	1ª emissão em 14/11/2016	14/11/2016 a 14/11/2021	Liquidação antecipada do financiamento junto ao BID	CDI + 2,95% a.a.	Principal anual a partir de novembro/2020 e juros semestral	Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	1.010	165.000	166.010	3.061	165.000	165.000	333.061
(-) Custos de emissão				(3.484)		14/11/2016 a 14/11/2021			Amortização mensal			(345)	(345)		(741)	(345)	(1.086)
Total											1.010	164.655	165.665	3.061	164.259	164.655	331.975

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.
O valor total referente as garantias das debêntures mencionados acima na Companhia é de R\$166.010 em 31 de dezembro de 2020 (R\$333.061 em 31 de dezembro de 2019).

17.2 Movimentação das debêntures no exercício

	Saldo em 31/12/2019	Pagamentos	Juros provisiona- dos	Transferên- cias	Amortização do custo de transação	Saldo em 31/12/2020
Circulante						
Principal	165.000	(165.000)		165.000		165.000
Juros	3.061	(19.905)	17.854			1.010
Custo de transação	(741)			(345)	741	(345)
	<u>167.320</u>	<u>(184.905)</u>	<u>17.854</u>	<u>164.655</u>	<u>741</u>	<u>165.665</u>
Não circulante						
Principal	165.000			(165.000)		-
Custo de transação	(345)			345		-
	<u>164.655</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(164.655)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

17.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	
Circulante	
2021	165.665
Total	<u>165.665</u>

A emissão realizada pela Companhia não é conversível em ação e foi emitida de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, refere-se a oferta pública distribuída com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto ou na escritura da emissão:

(i) ocorrência de: (a) liquidação, dissolução, extinção ou decretação de falência da Emissora e/ou Fiadora; (b) pedido de aut falência formulado pela Emissora e/ou pela Fiadora; (c) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou da Fiadora e não devidamente solucionado por meio de depósito judicial e/ou elidido no prazo legal e/ou contestado pela Emissora e/ou pela Fiadora de boa fé, no prazo legal, nas hipóteses para as quais a Lei não exija depósito elisivo; (d) propositura, pela Emissora e/ou Fiadora, de plano de recuperação extrajudicial; (e) ingresso, pela Emissora e/ou pela Fiadora, em juízo com requerimento de recuperação judicial; ou (f) desde que caracterizem estado de insolvência, nos termos da legislação aplicável, eventos similares aos descritos nas alíneas (a) e (e) acima em outras jurisdições;

(ii) inadimplemento pela Emissora e/ou pela Fiadora de qualquer obrigação pecuniária relativa às debêntures, não sanado no prazo de até 02 dias úteis contados da data do respectivo vencimento;

(iii) cancelamento, perda definitiva, revogação, ou não renovação da autorização da Emissora, nos termos da Portaria do Ministério de Minas e Energia nº226, de 27 de junho de 2008;

(iv) celebração de contratos de mútuo pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas;

(v) distribuição de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer distribuições de lucros aos acionistas da Emissora, caso a Emissora esteja inadimplente com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas na escritura de emissão;

(vi) alteração ou transferência do controle acionário direto da Emissora, exceto se a operação tiver sido previamente aprovada pelos Debenturistas;

(vii) cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, para a qual não tenha sido obtida anuência prévia dos Debenturistas;

(viii) vencimento antecipado de obrigação financeira da Fiadora, em especial aquelas oriundas de dívidas bancárias e operações de mercado de capitais, local ou internacional, em valor individual ou agregado superior a R\$75.000;

(ix) redução de capital da Emissora, exceto se a operação tiver sido previamente aprovada pelos Debenturistas;

(x) falta de cumprimento pela Emissora e/ou pela Fiadora de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão não sanada no prazo de 10 dias contados da data em que tal obrigação deveria ter sido cumprida;

(xi) protesto de títulos cujo valor individual ou global ultrapasse R\$50.000, ou seu equivalente em moeda estrangeira, conforme o caso, contra a Emissora, ou R\$75.000 ou seu equivalente em moeda estrangeira, conforme o caso, contra a Fiadora, salvo se no prazo de 10 dias contados do conhecimento pela Emissora e/ou pela Fiadora, conforme o caso, de referido protesto a Emissora e/ou a Fiadora, conforme o caso, tiver tomado medidas cabíveis para: (a) comprovar que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro ou era ilegítimo; (b) que o protesto seja cancelado; ou, ainda (c) que o protesto tenha a sua exigibilidade suspensa por sentença judicial;

(xii) vencimento antecipado de obrigação financeira da Emissora, em especial aquelas oriundas de dívidas bancárias e operações de mercado de capitais, local ou internacional, em valor individual ou agregado superior a R\$3.000;

(xiii) inadimplemento, pela Emissora, desde que observados os respectivos prazos de cura previstos em qualquer dívida decorrente de empréstimos, financiamentos e operações de mercado de capitais, local ou internacional, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$3.000, salvo se referido inadimplemento tiver seus efeitos suspensos em até 05 dias úteis contados da data do inadimplemento em virtude de negociação entre as partes e/ou por meio de medida judicial ou arbitral; e

(xiv) não observância: (a) pela Emissora, do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD acima de 1,2 vezes, aos finais dos exercícios anuais, a partir de 31 de dezembro de 2017; (b) pela Fiadora, do Índice de Dívida Líquida/EBITDA abaixo de 3,5 vezes, aos finais dos semestres terminados em junho e dezembro, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas previstas nos contratos de debêntures.

18 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas
18.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Moeda nacional	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2020				31/12/2019				
										Encargos		Principal		Encargos		Principal		Total
										Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total
EDP - Energias do Brasil S.A.	150.000	24/09/2012	150.000	24/09/2012 a Indeterminado	Contratos de mútuo		105% do CDI	Principal e juros com parcela única ao final do contrato					-		25.021		60.000	85.021
BNDES	1.410.000	10/06/2009	1.402.000	09/07/2009 a 15/06/2026	Implantação da usina termelétrica Pecém I.	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,20, apurado anualmente em Dezembro.	2,77% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensais	a. Penhor de ações; b. Fiança bancária; c. Cessão de direitos e contratos; d. Notas promissórias; e. Hipoteca; e f. Alienação de ativos.	2.146	123.110	554.088	679.344	2.692		130.244	670.084	803.020
(-) Custo de transação	(11.286)	10/06/2009	(11.286)	09/07/2009 a 15/06/2026							(580)	(1.186)	(1.766)			(694)	(1.766)	(2.460)
Total										2.146	122.530	552.902	677.578	2.692	25.021	129.550	728.318	885.581

Os empréstimos e financiamentos de moeda nacional são mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

O empréstimo em moeda estrangeira e o respectivo *Swap* estão mensurados a valor de mercado.

O valor total referente as garantias dos empréstimos e financiamentos mencionados acima é de R\$679.344 em 31 de dezembro de 2020 (R\$803.020 em 31 de dezembro de 2019).

18.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício

	Valor líquido em 31/12/2019	Pagamentos/ Recebimen- tos	Juros provisio- nados	Transferên- cias	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2020
Circulante						
Principal	130.244	(183.130)		175.996		123.110
Juros	2.692	(83.120)	55.559	27.015		2.146
Custo de Transação	(694)			(580)	694	(580)
	<u>132.242</u>	<u>(266.250)</u>	<u>55.559</u>	<u>202.431</u>	<u>694</u>	<u>124.676</u>
Não circulante						
Principal	730.084			(175.996)		554.088
Juros	25.021		1.994	(27.015)		-
Custo de Transação	(1.766)			580		(1.186)
	<u>753.339</u>	<u>-</u>	<u>1.994</u>	<u>(202.431)</u>	<u>-</u>	<u>552.902</u>

18.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	
Circulante	
2021	124.676
	<u>124.676</u>
Não circulante	
2022	122.666
2023	122.781
2024	122.895
2025	123.011
2026 até 2030	61.549
	<u>552.902</u>
Total	<u>677.578</u>

19 Encargos Setoriais

	Nota	Saldo em 31/12/2019	Adições	Atualização monetária	Pagamentos	Saldo em 31/12/2020
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	19.1 e 23	12.156	10.965	183	(16.933)	6.371
Outros encargos		184	2.203		(2.204)	183
Total		<u>12.340</u>	<u>13.168</u>	<u>183</u>	<u>(19.137)</u>	<u>6.554</u>
Circulante		7.962				6.554
Não circulante		4.378				-
Total		<u>12.340</u>				<u>6.554</u>

19.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Referem-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio das Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até setembro de 2012, alterada pela Resolução Normativa nº 504/12. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas.

20 Ressarcimento por indisponibilidade

O saldo refere-se à provisão para ressarcimento dos períodos os quais a usina não estava disponível quando despachada pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. A provisão é reconhecida pelo montante estimado referente à expectativa futura de ressarcimento ao sistema, com base na média móvel da indisponibilidade da usina dos últimos 60 meses incorridos.

Por se tratar de uma soma de fluxos de desembolsos futuros devidos pela usina pela sua indisponibilidade inferior à referência do leilão, cujos valores são precificados via diferença entre o Preço de Liquidação das Diferenças - PLD e o Custo Variável Unitário - CVU, a provisão pode variar positiva ou negativamente em função das variações na previsão do Fator de Indisponibilidade - FID, que representa a relação entre a média dos últimos 60 meses das indisponibilidades da usina pela sua disponibilidade de referência definida, PLD e CVU de 60 meses à frente, de maneira diretamente proporcional.

A reversão refere-se a previsão em Prescrição da Cobrança de Valores Líquidos de Contratos que vence em cinco anos a possibilidade de reaver os valores financeiros retidos oriundos dos ressarcimentos, assim sendo, a Porto do Pecém reverteu os valores relativos aos citado período.

A movimentação da rubrica no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2019	Provisão (Reversão)	Pagamentos	Saldo em 31/12/2020
Ressarcimento	65.699	(34.338)	(26.054)	5.307
Total Circulante	<u>65.699</u>	<u>(34.338)</u>	<u>(26.054)</u>	<u>5.307</u>

21 Provisões

	Nota	Circulante 31/12/2020	Não circulante 31/12/2020	31/12/2019
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	21.1		15.947	11.978
Licenças ambientais	21.2	17.888		4.692
Desmantelamento	21.3		9.925	9.241
Total		<u>17.888</u>	<u>25.872</u>	<u>25.911</u>

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

21.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

21.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Saldo em 31/12/2019	Constituição	Reversões	Atualização monetária	Depósitos judiciais		
					Saldo em 31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhistas	1.129	796	(247)	599	2.277	461	369
Cíveis	9.399	1.669	(563)	1.396	11.901		
Outros	1.450	214	(93)	198	1.769		
Total Não circulante	11.978	2.679	(903)	2.193	15.947	461	369

21.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Depósitos judiciais			
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhistas	225	1.947		7
Cíveis	219.928	180.484	17	664
Fiscais	92.329	90.928		
Total	312.482	273.359	17	671

O valor total referente as garantias de provisões possíveis na Companhia é de R\$91.823 em 31 de dezembro de 2020 (R\$89.843 em 31 de dezembro de 2019).

21.1.2.1 Cíveis

21.1.2.1.1 Encargo Hídrico Emergencial - EHE

Em decorrência da situação de escassez hídrica no Estado do Ceará, o Governo do Estado por meio do Decreto nº 32.044 de 16 de setembro de 2016, estabeleceu a cobrança do Encargo Hídrico Emergencial – EHE a ser incidido sobre as indústrias termoeletricas do Estado, cobrado mensalmente com base no consumo verificado no valor de R\$7.210,00 a cada 1.000 metros cúbicos.

Em 13 de outubro de 2016 a Companhia apresentou à ANEEL requerimento administrativo com o fim de obter, cautelarmente, a aplicação de novo valor de Custo Variável Unitário – CVU da energia gerada pela UTE Pecém I, face à cobrança do novo encargo, visto que afetaria a equação econômico-financeira dos CCEARs. A ANEEL, por meio do Despacho nº 3.293 de 16 de dezembro de 2016, negou provimento ao requerimento.

Encontra-se em andamento a ação judicial promovida em face da ANEEL em 19 de dezembro de 2016, com vistas a ter garantido o equilíbrio econômico financeiro dos CCEARs, mediante repasse do EHE ao CVU. Em 31 de janeiro de 2017 foi indeferido o pedido de liminar. Em 3 de maio de 2017 a Companhia ingressou com um novo recurso requerendo nova apreciação onde foi proferida decisão deferindo a antecipação da tutela em favor da Companhia. Atualmente o processo aguarda a sentença. Mediante os fatos, a Companhia vem reconhecendo e repassando o custo integral do EHE no CVU impactando a receita líquida em contrapartida do contas a receber. Em 11 de agosto de 2017 foi promulgado pelo governo do estado de Ceará o decreto nº 32.305/17 que prorrogou o encargo por prazo indeterminado.

Em 31 de dezembro de 2020 a ação possui o valor estimado total de R\$125.692 (R\$107.193 em 31 de dezembro de 2019). A variação no exercício é decorrente da revisão das premissas envolvendo o cálculo da contingência que, anteriormente, levavam em consideração a estimativa do valor a ser pago de EHE, segundo a média histórica, passando a ser considerado o risco efetivo da ação considerando o repasse da CVU.

21.1.2.2 Fiscais

Refere-se a discussão judicial decorrente de Execução Fiscal nº 000.153777.2015.405.8100, que envolve o montante atualizado em 31 de dezembro de 2020 de R\$91.823 (R\$90.292 em 31 de dezembro de 2019), ajuizada pela União Federal, objetivando a cobrança de débitos de IRPJ e CSLL decorrentes da glosa de exclusões de determinadas receitas financeiras e variações cambiais ativas auferidas nos meses de janeiro, fevereiro e dezembro de 2009. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento.

21.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza cível e trabalhista em andamento cuja perda foi estimada como remota e, para estas ações, o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2020 é de R\$1.113 (R\$401 em 31 de dezembro de 2019).

21.2 Licenças ambientais

Refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UTE Pecém I, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

A Companhia realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 10,27% a.a., que representa a taxa média de financiamento do empreendimento.

Em 13 de dezembro de 2018 foi emitida a renovação da Licença de Operação - LO referente à UTE Pecém I junto à Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE. A nova LO (L.O. nº 716/2018-DICOP-GECON) será válida até 12 de dezembro de 2021 e, como condicionantes da LO, a Companhia deverá dar continuidade à determinados PBAs relacionados às licenças anteriores. O órgão ambiental determina prazos entre 30 e 180 dias para que a Companhia apresente os planos para atendimento às diversas condicionantes.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, como máquinas e equipamentos, e depreciadas pela vida útil dessas máquinas. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, foi reconhecida como ativo intangível e será amortizada pelo prazo que representa a vigência da licença.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Os desembolsos relacionados ao licenciamento ambiental ocorridos durante o exercício foram de R\$20.408 (R\$19.256 em 31 de dezembro de 2019). Deste montante, R\$4.224 (R\$4.295 em 31 de dezembro de 2019) referem-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados e R\$16.184 (R\$14.575 em 31 de dezembro de 2018) são substancialmente relativos a gastos com tratamento de água, gestão de resíduos e proteção do ar e clima, em contrapartida do resultado do exercício na rubrica de Serviços de terceiros.

Licenças ambientais	Saldo em 31/12/2019	Adições	Pagamentos	Atualização monetária	Transferên- cia	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/12/2020
Circulante	10.709	1.856	(4.224)	4.674	4.755	118	17.888
Não circulante	4.692			(603)	(4.755)	666	-
Total	15.401	1.856	(4.224)	4.071	-	784	17.888

21.3 Desmantelamento

O Desmantelamento foi constituído para fazer face à responsabilidade relativa às despesas com a reposição dos locais ocupados pela usina em seu estado original. Esta provisão foi calculada com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e é registrada em contrapartida do Imobilizado (Nota 13). Anualmente, a provisão está sujeita a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras.

O cálculo do valor da provisão foi efetuado a partir dos custos obtidos com entidades externas idôneas, projetado até o fim da autorização de funcionamento da usina, com atualização pelo IGP-M, e posteriormente calculado o valor presente dessa responsabilidade à taxa de desconto de 9,0% a.a. que representava a taxa de financiamento no momento do reconhecimento.

22 Patrimônio líquido

22.1 Capital social

O Capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é de R\$2.368.999 e está representado por 2.368.999 ações ordinárias, totalmente subscrito e integralizado, sendo a totalidade das ações nominativas e sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

Em AGE realizada em 28 de junho de 2019 foi aprovada a redução de capital da Companhia em um montante de R\$638.812 mediante o cancelamento de 638.812.280 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de titularidade da acionista EDP – Energias do Brasil. A referida redução ocorreu, para fins de absorção de prejuízos acumulados.

22.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Lucro a ser destinado:			
Lucro líquido apurado no exercício		294.938	186.738
Constituição da reserva legal	22.3	(14.747)	(9.337)
		<u>280.191</u>	<u>177.401</u>
Destinação do lucro:			
Dividendos intermediários - JSCP	16	121.309	110.000
Reserva de incentivo fiscal (SUDENE)	26.2	48.824	31.530
Lucro do exercício a deliberar	22.3.1	<u>110.058</u>	<u>35.871</u>
		<u>280.191</u>	<u>177.401</u>

22.3 Reservas

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Reservas de lucros			
Legal	22.2	24.083	9.336
Lucro do exercício a deliberar	22.3.1	110.058	35.872
Incentivos fiscais	26.2	<u>110.318</u>	<u>61.494</u>
		<u>244.459</u>	<u>106.702</u>

22.3.1 Lucro do exercício a deliberar

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e pode ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

23 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.
- **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

Nota	MWh (*)		R\$	
	2020	2019	2020	2019
Suprimento de energia elétrica	6.1 e 23.1			
Receita fixa		5.402.160	5.388.015	916.633
Receita variável			264.467	435.514
Suprimento de energia	23.2	2.537.110	3.140.037	198.604
Energia de curto prazo	6.2			357.112
Serviços ancilares			(1.227)	170.129
Venda de energia		8.403	590.409	562.244
Ressarcimento por indisponibilidade	20		34.338	441.597
Outras receitas operacionais			1.442	196
Receita operacional bruta		7.947.673	9.118.461	1.976.501
(-) Deduções à receita operacional				2.230.078
ICMS			(12.562)	(13.474)
PIS/COFINS			(205.675)	(213.912)
ISS			(60)	(79)
P&D	19.1		(10.965)	(16.481)
Outros encargos			(2.203)	(2.213)
Receitas		7.947.673	9.118.461	1.745.036
				1.983.919

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

23.1 Suprimento de energia elétrica

A disponibilidade média da usina em 2020 foi de 91,9% em função da manutenção corretiva que ocorreu na UG02 entre os meses de janeiro e fevereiro, no ano de 2019 a disponibilidade média foi de 95,2%.

23.2 Suprimento - EDP Comercializadora

Conforme descrito na nota 6.1, a Companhia operacionalizou no exercício operações com a EDP Comercializadora para swap de submercado.

24 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação, da produção e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, custo da matéria prima consumida, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, provisão para crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

		2020					
		Custo do serviço			Despesas operacionais		
	Nota	Com energia elétrica	Da produção	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	24.1	726.367					726.367
Encargos de uso da rede elétrica		76.865					76.865
Custo da matéria prima consumida	24.2		251.005				251.005
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	24.4			36.737	13.820		50.557
Material				13.672	1.087		14.759
Serviços de terceiros	24.5			28.580	7.801		36.381
Depreciação - Imobilizado em serviço				180.150	2.029		182.179
Depreciação - Ativos de direito de uso					5.223		5.223
Amortização				5.580			5.580
Arrendamentos e aluguéis	24.6			1.435	433		1.868
Outras		947		(9.147)	14.983	(798)	5.985
Total		804.179	251.005	257.007	45.376	(798)	1.356.769

	Nota	2019					
		Custo do serviço			Despesas operacionais		
		Com energia elétrica	Da produção	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	24.1	711.543					711.543
Encargos de uso da rede elétrica		66.841					66.841
Custo da matéria prima consumida	24.2		585.585				585.585
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	24.4			38.230	7.774		46.004
Material				19.407	1.741		21.148
Serviços de terceiros	24.5			22.958	1.757		24.715
Depreciação - Imobilizado em serviço				179.694	13		179.707
Depreciação - Ativos de direito de uso					4.971		4.971
Amortização				5.852			5.852
Arrendamentos e aluguéis	24.6			893			893
Outras		553		(53)	9.095	2.144	11.739
Total		778.937	585.585	266.981	25.351	2.144	1.658.998

(*) Do montante de R\$1.356.769, R\$132.707 refere-se aos gastos de disponibilidade da controlada Porto de Pecém, devido ao cenário de queda de demanda decorrente da pandemia da COVID-19 (Nota 4.6).

24.1 Energia elétrica comprada para revenda

	2020	2019
Contratos de compra de energia por quantidade	827.251	798.947
Energia de curto prazo	347	328
Outros	(200)	
(-) Créditos de PIS/COFINS	(101.031)	(87.732)
Total	726.367	711.543

24.2 Custo da matéria prima consumida

A redução na rubrica da matéria prima consumida explica-se, substancialmente, pela diminuição no volume de geração despachada por parte do órgão regulador comparado ao exercício de 2019, em função dos efeitos da COVID-19 (Nota 3.1).

24.4 Pessoal e Administradores

	2020	2019
Pessoal		
Remuneração	25.332	23.667
Encargos	8.808	8.545
Previdência privada - Corrente	788	666
Despesas rescisórias	944	1.801
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	4.164	2.057
Outros benefícios - Corrente	7.811	7.087
Outros	18	
	47.865	43.823
Administradores		
Honorários e encargos	2.239	1.772
Benefícios dos administradores	453	409
	2.692	2.181
	50.557	46.004

24.5 Serviços de terceiros

Nota	2020	2019
Serviços de consultoria	1.860	1.824
Serviços de manutenção	26.120	27.133
Serviços de limpeza e vigilância	4.214	6.004
Serviços de informática	2.439	2.167
Serviços de transporte	921	1.183
Serviços Compartilhados	3.711	4.279
(-) Crédito de PIS/COFINS	(6.683)	(22.272)
Outros	3.799	4.397
	36.381	24.715

24.6 Arrendamentos e aluguéis

O montante registrado em Arrendamentos e aluguéis refere-se aos arrendamentos que não foram contemplados pelo CPC 06 (R2) devido as isenções opcionais de adoção da norma a determinados contratos.

25 Resultado financeiro

	Nota	2020	2019
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções		5.829	12.776
Juros e multa sobre tributos	7	2.694	24.870
Arrendamentos e aluguéis		715	
Outros juros e variações monetárias			2.910
Operações de <i>swap</i> e <i>hedge</i>	28.1.3		14.119
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(495)	(1.841)
Outras receitas financeiras		2.361	2.393
		<u>11.104</u>	<u>55.227</u>
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	18.2	(58.247)	(93.259)
Debêntures	17.2	(18.595)	(30.209)
Variações em moeda estrangeira	18.2		(15.303)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	21.1.1	(2.193)	(1.343)
Arrendamentos e aluguéis	12.4		(4.522)
Outros juros e variações monetárias		(4.853)	(2.711)
Variações em moeda estrangeira		(5.425)	
Ajustes a valor presente		(684)	(628)
Outras despesas financeiras		(1.659)	(2.740)
		<u>(91.656)</u>	<u>(150.715)</u>
		<u>(80.552)</u>	<u>(95.488)</u>

26 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	Nota	2020	2019
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		307.715	229.433
Alíquota		34%	34%
IRPJ e CSLL		(104.623)	(78.007)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva			
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes			
Doações		(66)	(37)
Juros sobre o capital próprio		41.245	37.400
Outras		(303)	(239)
Outros			
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores	26.1	438	(21.978)
Incentivos fiscais			
SUDENE	26.2	50.011	19.816
Outras		521	350
Despesa de IRPJ e CSLL		<u>(12.777)</u>	<u>(42.695)</u>
Alíquota Efetiva		4,2%	18,6%

26.1 Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores

O montante refere-se à revisão tributária realizada pela Companhia, onde foram identificadas inconsistências no cálculo inicialmente elaborado, tendo sido registrado seus ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores, no exercício de 2019.

26.2 Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE

Em 4 de agosto de 2016 a Companhia obteve junto à SUDENE o Laudo Constitutivo nº 87/2016, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos, para o reconhecimento do direito à redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, por um período de 10 anos a partir do exercício fiscal de 2016.

Essa subvenção governamental foi reconhecida no resultado do exercício, como redução do imposto de renda apurado, em atendimento ao CPC 07 (R1) – Subvenções e Assistências Governamentais, e registrados em contrapartida da Reserva de Incentivos Fiscais.

27 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2020	2019
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	294.938	186.738
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	2.368.999	2.688.405
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	<u>0,12450</u>	<u>0,06946</u>

28 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

28.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

28.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

			Valor justo		Valor contábil	
	Nota	Níveis	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Títulos e valores mobiliários	5	Nível 2	153.987	135.192	153.987	135.192
Obrigações						
Outros créditos - Derivativos	12	Nível 2	935		935	
			154.922	135.192	154.922	135.192
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Bancos conta movimento		Nível 2	2.093	1.662	2.093	1.662
Concessionárias	6	Nível 2	395.803	409.571	395.803	409.571
Outros créditos - Partes relacionadas	12	Nível 2	1.736	9.524	1.736	9.524
			399.632	420.757	399.632	420.757
			554.554	555.949	554.554	555.949
	Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil	
			31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Passivos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Derivativos	12	Nível 2	582		582	
			582	-	582	-
Custo amortizado						
Fornecedores	15	Nível 2	293.860	216.584	293.860	216.584
Debêntures	17	Nível 2	167.575	337.544	165.665	331.975
Ressarcimento por indisponibilidade	20	Nível 2	5.307	65.699	5.307	65.699
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	18					
Moeda nacional		Nível 2	677.578	800.560	677.578	800.560
Contratos de mútuo		Nível 2		85.021		85.021
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	12	Nível 2	6.294	6.045	6.294	6.045
Arrendamentos e aluguéis	12.4	Nível 2	17.027	23.403	13.668	23.403
Licenças ambientais	21.2	Nível 2	17.955	15.648	17.888	15.401
			1.185.596	1.550.504	1.180.260	1.544.688
			1.186.178	1.550.504	1.180.842	1.544.688

28.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

28.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

28.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

No caso dos Empréstimos e financiamentos (Nota 18), de acordo com o CPC 12, não é aplicável a técnica de ajuste a valor presente ao contrato com o BNDES, uma vez que este contrato possui características próprias.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado das Debêntures, dos Arrendamentos de aluguéis e Licenças ambientais diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Debêntures: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito;

(ii) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados; e

(iii) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil.

28.1.2.1 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

28.1.3 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que: (i) seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro; (ii) não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares; e (iii) sempre será liquidado em data futura. Somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício, exceto quando o derivativo for classificado como proteção de fluxo de caixa, sendo os ganhos e perdas registrados em Outros resultados abrangentes no Patrimônio líquido.

28.1.3.1 Non-Deliverable Forward - NDF - Porto do Pecém

Os contratos de NDFs garantem ao seu comprador/vendedor ou titular o direito de pagar/receber uma determinada moeda/ação/índice/mercadoria a um preço de determinado em uma data de vencimento definida.

A Porto do Pecém contratou em 06 de abril de 2020 operações de derivativos no montante de USD10,3 milhões com o objetivo de mitigar o risco de descamento do *pass-through* entre receita variável e custo de aquisição de estoque de carvão. A receita variável é mensurada, dentre outros fatores pelo CVU, que tem como variáveis de cálculo o valor do carvão em dólar (carvão mineral importado) e a taxa de câmbio USD/BRL.

A estratégia da Companhia foi reduzir a exposição da variável de câmbio, uma vez que, conforme fórmula aplicada pelo regulador, a valorização do real frente ao dólar diminui o valor do CVU e, por consequência, reduz o valor da Receita Variável. Os prazos e montantes foram alinhados com a previsão de despacho da usina.

A Porto do Pecém contratou em 11 de novembro de 2020 operação de derivativo no montante de USD3,1 milhões com o objetivo de mitigar o risco de variação cambial no pagamento futuro do seguro da Usina que é realizado em moeda estrangeira (USD).

28.1.3.2 Contratos de swap

Em 08 de dezembro de 2016, a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio de seu valor justo com a finalidade de proteger os riscos da variação cambial e da taxa de juros Libor - 6M do financiamento contratado junto ao Banco Caixa Geral, que foi encerrado em 06 de dezembro de 2019, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	Contraparte	Vigência	Posição	Nocional USD	Nocional R\$	Valor Justo	Efeitos no Resultado			
				31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019		
Swap										
Ativo	Caixa Geral	09/12/2016 a 06/12/2019	Libor 6M + 2,50% a.a. CDI + 2,73% a.a.					26.470		
Passivo								(12.351)		
Total							-	-	-	-
NDFs										
Venda	Citibank	06/04/2020 a 01/10/2020	BRL/USD 5,2902				82			
								(82)	-	
Venda	Itaú	06/04/2020 a 03/11/2020	BRL/USD 5,2927				325			
								(325)	-	
Venda	Citibank	06/04/2020 a 01/12/2020	BRL/USD 5,2940				274			
								(274)	-	
Venda	Citibank	06/04/2020 a 04/01/2021	BRL/USD 5,3076	4.902	25.470	794				
						(4.902)	(25.470)	794	-	-
Venda	Citibank	06/04/2020 a 01/02/2021	BRL/USD 5,3289	1.009	5.245	141				
						(1.009)	(5.245)	141	-	-
Venda	Citibank	06/04/2020 a 01/06/2020	BRL/USD 5,2632				167			
									(167)	-
Compra	Citibank	10/11/2020 a 22/01/2021	BRL/USD 5,3747	3.100	16.109	(582)				
						3.100	16.109	(582)	-	-
									353	(848)

28.2 Gestão de riscos

Desde 2006 o Grupo EDP – Energias do Brasil desenvolveu processos para monitoramento e avaliação dos riscos corporativos. A partir de 2010, foram criados novos métodos e um novo dicionário de riscos, tendo o mesmo sido consolidado em 2011 como uma Norma de Risco Corporativo, e mantida atualizada desde então.

O Grupo EDP – Energias do Brasil, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, segregou as funções de *Compliance* e Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo de Gestão do Riscos, foi criada uma Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança.

Dessa forma, o Grupo EDP – Energias do Brasil possui uma área de Riscos e Crise, na qual realiza o gerenciamento integrado dos riscos, oportunidades e crises, com o objetivo assegurar que os diversos riscos inerentes a cada uma das áreas sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria, para que sejam tomadas as providências necessárias.

A Gestão do Risco está definida através de uma Política de Risco do Negócio, pública ao mercado, e as diretrizes da sua metodologia estão publicadas na Norma de Riscos Corporativos. Ainda em linha com as melhores práticas, esse processo está baseado em metodologias reconhecidas, como COSO ERM (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e Norma ISO 31.000, que fornece diretrizes para gerenciar riscos enfrentados pelas organizações por meio de uma linguagem e abordagem comuns à quaisquer tipos de riscos.

No Grupo EDP - Energias do Brasil os riscos são priorizados seguindo os parâmetros estratégicos e definidos de forma colegiada através do Comitê de Auditoria, esse representado pelas Diretorias das Unidades Negócios, de forma a garantir a governança do processo e atuar como elo entre a Administração da Companhia e a operação.

O Grupo EDP - Energias do Brasil teve mais uma vez as suas boas práticas reconhecidas ao manter a Certificação da Norma ISO 37.001, que tem por objetivo apoiar as organizações a combater suborno, a partir de uma cultura de integridade, transparência e conformidade com as leis vigentes, com o auxílio de requisitos, políticas, procedimentos e controles adequados para lidar com os respectivos riscos. O resultado desta manutenção reforça que os controles adotados pelo Grupo EDP - Energias do Brasil são adequados e aderentes ao Sistema de Gestão Antissuborno implementado.

28.2.1 Risco operacional

A Companhia apresenta, como risco operacional, a eventual escassez de insumos, dentre eles, de carvão. A UTE Porto do Pecém utiliza o insumo de carvão mineral, sendo a origem usualmente de minas colombianas. Seus contratos de compra de carvão são firmados para o prazo mínimo de um ano, prevendo, além das minas habilitadas da Colômbia, origens de outros lugares do mundo de forma a mitigar possíveis riscos de produção, como greves, eventos climáticos e maiores contingências do minerador.

A gestão do contrato de compra do carvão é realizado de forma a garantir processos de tomada de decisão de compra de carvão ágeis dada as informações sistêmicas e, considerando as projeções futuras de demanda.

Outro insumo que a Companhia pode ter escassez é de água, devido a ter seu abastecimento de água realizado pela Companhia de Gestão dos Recursos Hídrico (COGERH), empresa estatal que administra os reservatórios e sistemas de distribuição de água bruta do Estado do Ceará. Tal abastecimento é realizado por meio de contrato firmado entre as partes, o qual estabelece o fornecimento de água para um volume inferior ou igual ao montante outorgado, (500l/s para Pecém I e 250l/s para Pecém) que é suficiente para atender a demanda requerida pelos processos do complexo termelétrico.

O referido contrato poderá ser sobrescrito, conforme Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 que trata da Política Nacional de Recursos Hídricos em seu artigo 1º inc. III, a qual estabelece em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais. Desta forma, mediante ao cenário hídrico do Estado Ceará que vem sendo impactado por sucessivos períodos de estiagem ocorridos nos últimos 8 anos que reduziram os níveis dos reservatórios, algumas sanções no abastecimento foram impostas como também a implicação de uma sobretaxa em caráter contingencial na tarifa de água cobrada pela concessionária.

Desde então várias ações de mitigação foram tomadas pela Companhia, visando a redução do consumo de água como também o favorecimento do reuso do efluente gerado pelas unidades geradoras. Tais ações resultaram numa redução de mais de 10% do volume de água consumida pelo complexo e no reaproveitamento de quase 40% do efluente gerado.

Além disso, a Companhia faz a gestão de estoques considerando limites mínimos e máximos de segurança de forma que, para quaisquer contingências ou mudanças da demanda futura, sejam absorvidas sem maiores riscos.

28.2.2 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures captados pela Companhia apresentados nas notas 17 e 18, possuem como contraparte o Simplific Pavarani Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, o BNDES e o Banco Caixa Geral de Depósitos. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui um risco de mercado associado a CDI e TJLP.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações.

Com a pandemia da COVID-19 (Nota 3.1) a Administração da Companhia avaliou suas principais exposições tendo concluído que, no exercício, os riscos encontram-se controlados conforme exposto acima.

28.2.2.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

		Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)	
Operação	Risco	Saldo da exposição	Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Títulos e valores mobiliários	CDI	153.987	3.418			3.418	855	1.710	(855)	(1.709)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	153.987	3.418	-	-	3.418	855	1.710	(855)	(1.709)
Debêntures	CDI	(166.010)	(6.997)			(6.997)	(685)	(1.384)	719	1.424
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(166.010)	(6.997)	-	-	(6.997)	(685)	(1.384)	719	1.424
		(12.023)	(3.579)	-	-	(3.579)	170	326	(136)	(285)
Operação	Risco									
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	(679.344)	(44.371)	(94.851)	(1.179)	(140.401)	(21.830)	(43.424)	22.071	44.390
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(679.344)	(44.371)	(94.851)	(1.179)	(140.401)	(21.830)	(43.424)	22.071	44.390
		(679.344)	(44.371)	(94.851)	(1.179)	(140.401)	(21.830)	(43.424)	22.071	44.390

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e TJLP estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 1,8% e 6,0% a.a.; e TJLP entre 4,2% e 5,2% a.a.

28.2.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre as debêntures e empréstimos captados pela Companhia são apresentados nas notas 17 e 18.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas: (i) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) sendo que a Companhia apresenta em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; (ii) Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5) que referem-se a aplicação em fundo de investimentos de liquidez diária e remuneração pós-fixada, com sua carteira de ativos atrelada a Letras Financeiras do Tesouro – LFT, com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo; e (iii) Concessionárias (Nota 6), cujos os saldos apresentados compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Os riscos de liquidez atribuídos às rubricas de Debêntures e Empréstimos e financiamentos referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 30.1.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro 2020, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2020					31/12/2019
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	288.825	3.867	1.168			293.860
Outras contas a pagar - Partes relacionadas			1.849	4.445		6.294
Debêntures			165.665			165.665
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	14.184	42.552	67.940	491.353	61.549	677.578
Derivativos	582					582
Ressarcimento por indisponibilidade			5.307			5.307
Arrendamentos e aluguéis	1.097	1.407	5.063	6.101		13.668
Licenças ambientais	219	14.277	3.392			17.888
	<u>304.907</u>	<u>62.103</u>	<u>250.384</u>	<u>501.899</u>	<u>61.549</u>	<u>1.180.842</u>
						<u>1.544.688</u>

28.2.3.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índice financeiro.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente nas notas 17 e 18. Até 31 de dezembro de 2020 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 30.2) para as rubricas de Empréstimos, financiamentos e Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. Para a rubrica de Compra de Energia, as garantias estão vinculadas, em sua maioria, aos recebíveis da Companhia, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis.

28.2.3.2 Capital Circulante Líquido - CCL

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2020 foi negativo em R\$6.166 (R\$24.679 positivo em 31 de dezembro de 2019) decorrente, principalmente, das obrigações relacionadas ao pagamento de fornecedores. A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, apresentando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo, e caso seja necessário, serão realizadas novas captações de dívida.

28.2.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Concessionárias

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

• Caixa, Equivalentes de caixa, Títulos e valores mobiliários e Cauções

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Política de Gestão de Riscos também permite a aplicação de recursos em Fundo de Investimento cuja carteira de ativos é atrelada a Letras Financeiras do Tesouro – LFTs, emitidas pelo Governo Brasileiro, ou Operações compromissadas lastreadas em Títulos Públicos Federais, considerados de alta liquidez no mercado e de baixíssimo risco (Nota 5).

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

28.2.5 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, ARCE) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

28.2.6 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinarçar as dívidas existentes.

	31/12/2020	31/12/2019
Total dos empréstimos e debêntures	843.243	1.217.556
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(2.093)	(1.662)
(-) Títulos e valores mobiliários	(153.987)	(135.192)
Dívida líquida	687.163	1.080.702
Total do Patrimônio Líquido	2.613.691	2.475.701
Total do capital	3.300.854	3.556.403
Índice de alavancagem financeira - %	20,82%	30,39%

29 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

29.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

			Efeito não caixa				
	Notas	Saldo em 31/12/2019	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado	Adições/ Baixas	Saldo em 31/12/2020
Aumento (diminuição) de passivos de financiamento							
Dividendos		93.500	(129.371)			138.984	103.113
Debêntures	17	331.975	(184.905)			18.595	165.665
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	18	885.581	(266.250)			58.247	677.578
Arrendamentos e aluguéis	12.4	23.403	(9.238)	(2.205)	1.490	218	13.668
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento)		1.334.459	(589.764)	(2.205)	1.490	216.044	960.024

	Saldo em 31/12/2018	Efeito caixa	Efeito não caixa			Saldo em 31/12/2019
			Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado	Adições/ Baixas	
Aumento (diminuição) de passivos de financiamento						
Debêntures	331.843	(30.077)			30.209	331.975
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	1.270.502	(479.364)	2.837	(2.964)	94.570	885.581
Arrendamentos e aluguéis	-	(9.865)	2.632	1.890	28.746	23.403
Capital social	3.007.811				(638.812)	2.368.999
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento)	4.610.156	(519.306)	5.469	(1.074)	(485.287)	3.609.958

29.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2020	2019
Constituição de dividendos e JSCP a pagar	103.113	93.500
Capitalização no Intangível, no Ativo financeiro indenizável e nos Ativos da concessão relativo à contingências	1.669	16.719
Provisão para custos com licença ambiental no intangível	1.856	17.200
Redução de capital		638.812
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	218	28.746
Total	106.856	794.977

30 Compromissos contratuais e Garantias

30.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

	31/12/2020				31/12/2019	
	2021	2022 a 2023	2024 a 2025	A partir de 2026	Total Geral	Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais	1.461	1.385	32		2.878	3.925
Obrigações de compra						
Compra de Energia	2.242				2.242	43.257
Materiais e serviços	237.676	141.184	69.778	42.308	490.946	865.843
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	51.368	59.432	22.650	817	134.267	117.385
Total	292.747	202.001	92.460	43.125	630.333	1.030.410

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2020, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2020				31/12/2019	
	2021	2022 a 2023	2024 a 2025	A partir de 2026	Total Geral	Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais	1.412	1.450	40		2.902	3.317
Obrigações de compra						
Compra de Energia	2.243				2.243	43.435
Materiais e serviços	229.639	152.044	86.595	61.563	529.841	793.848
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	49.640	60.178	25.927	1.058	136.803	245.289
	282.934	213.672	112.562	62.621	671.789	1.085.889

30.2 Garantias

Garantias	Tipo de garantia	Limite máximo garantido	
		31/12/2020	31/12/2019
		Reapresentado(*)	
Ações judiciais	(i) Seguro garantia e (ii) Depósito Cauçionado.	494	344
		494	344

(*) Devido a apresentação incorreta no exercício anterior.

31 Cobertura de Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP – Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	69.270	69.270	51.781	51.781
Usinas	5.398.997	1.887.200	3.984.361	1.410.721
Responsabilidade civil	50.000	50.000	50.000	50.000
Transportes (materiais)	26.602	16.123	26.602	16.123
Transportes (veículos)	360	360	360	360
Seguro de vida	29.462	(*)	29.528	(*)
Lucros cessantes	337.341	188.720	252.177	141.072

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$731 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$ 1.452.

A Companhia possui seguro patrimonial da usina onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil estendida para a Companhia com os limites conforme apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade Civil Ambiental, com cobertura de até R\$17.190;
- (ii) Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores, com cobertura de até R\$193.210; e
- (iii) Responsabilidade Civil de Riscos Cibernéticos, com cobertura de até R\$4.110.

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Presidente

Luiz Otavio Assis Henriques
Vice-Presidente

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Conselheiro

Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire
Conselheiro

Miguel Celso Mateos Valles
Conselheiro

Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho
Conselheiro

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor-Presidente

Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho
Diretor de Construção e Operação

Gustav Costa
Diretor Administrativo e Financeiro

André Luís Nunes de Mello Almeida
Diretor

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos
(Corporativo)

Renan Silva Sobral
Gestor Executivo de Contabilidade
Contador - CRC 1SP271964/O-6 "S" CE